

CAPITAL SOCIAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

MARIA ALFREDA CRUZ
Centro de Filosofia das Ciências_ Universidade de Lisboa

Ponto de partida

Tomo como ponto de partida desta comunicação o próprio questionamento em que coloco o sugestivo título deste Congresso. Assim sendo, começo por reflectir em como os termos deste enunciado me parecem problemáticos, querendo eu com isto dizer que a implicação que ele sugere não nos autoriza a deduzir que uma sociedade livre decorra necessariamente dum conhecimento aberto, sem que antes questionemos o que é precisamente o conhecimento e a liberdade. E porque vivemos numa época em que a crise de valores é matéria de problematização da própria condição humana e dos atributos que fazem dos seres humanos os donos da terra, desde o momento pré-histórico em que passaram a aliar ao domínio do fogo a capacidade de produzir objectos, é preciso situar os valores no contexto do “pessimismo epistemológico” dos nossos dias – enunciado este que, já na atribuição do Nobel da literatura ao escritor português José Saramago, foi invocado perante o auditório universal do evento como chave da obra em que se inscreve o portentoso Ensaio sobre a Cegueira, do autor laureado em 1998.

Distinguir no conhecimento os registos científico e do senso comum que interactivamente se formam e se sedimentam nos mais variados saberes de que a sociedade dispõe e coloca ao alcance de todos, remete para o livre arbítrio com que estes os inserem e desenvolvem, em interconexão com os seus próprios projectos de vida. De facto, a posição do sujeito no modo de produção, difusão e partilha do seu próprio conhecimento nas redes de sociabilidade que frequenta não abstrai evidentemente do contexto espaciotemporal em que se move, qualquer que seja a época e o âmbito de universalização em que um tal contexto se exprime. Mas o livre arbítrio que define o sujeito exprime-se por um universal invariante que atravessa todos os

tempos e civilizações: sujeito é todo aquele que é capaz de gerar e de gerir o seu próprio projecto de vida, o que passa necessariamente pela fruição e produção do conhecimento indispensável a esse projecto .

Nesta acepção, o conhecimento é entendido como produção cognoscente resultante do modo como o sujeito enquadra a informação a que acede, situando-a na perspectiva da sua problematização e encadeamento na racionalidade das opções que comportem. A Sociedade do Conhecimento será então aquela em que a dinâmica de desalienação dos consumidores de informação produza a massa crítica indispensável à generalização da sua ponderação e implicação na reconfiguração dos valores indispensáveis a um funcionamento societal fundado no propósito de valorizar as regras de jogo da racionalidade.

Que uma perspectiva individual se articula hoje com a da totalidade com soberana clareza decorre do próprio modo como a cultura actual valida as hipóteses fundadoras da pósmodernidade, posicionando todo o objecto - enquanto caso da “teoria do sistema geral” (LE MOIGNE, 1994) - aberto ao seu próprio contexto, e por isso questionado nas interações com este ao longo dos sucessivos estados em que retrospectiva e prospectivamente o pensamento contemporâneo os coloca. Em ruptura simultânea com a “teoria geral dos sistemas” e com o pensamento cartesiano em que este se sustenta, o paradigma do pensamento pós-moderno, colocando o cartesianismo no seu contexto problematizador, recusa a inexistência da ciência do particular, assume a complexidade como condição e situa o conhecimento cognitivo na interface entre a razão e a emoção, rasgando horizontes novos ao acervo da ciência. A investigação de DAMÁSIO (1994), no plano da neurologia e a de TOURAINE (1999), no plano sociológico, comportam a caracterização de uma razão inter-relacionada com as vicissitudes do modo como a vida comum decorre, se vulnerabiliza, se exprime, e se problematiza.

No período de 25 a 27 de Outubro do ano corrente, a Fundação Calouste Gulbenkian questionou os valores do nosso tempo em Lisboa, perante um auditório aberto ao contacto com alguns dos

pensadores de referência da actualidade¹. Fê-lo a partir das problemáticas do sujeito, da racionalidade, da objectividade, da verdade e do poder, bem como das da expressividade com que as linguagens e a arte se implicam na articulação entre os domínios científicos e os do senso comum, passando pela contraposição do valor da crise à crise valores que atravessa o modo de desenvolvimento dos nossos dias. Na sociedade global, as contradições de interpretação do património filosófico de que a humanidade é herdeira e o atomismo de que se revestem as praxis individuais, comunitárias e sociais, servem de lastro ou de pretexto a tensões irreduzíveis entre as lógicas dos interesses vs. do bem comum, por um lado, e do imediatismo vs. longo prazo, por outro. Acresce que o valor da diversidade cultural subsume-se nos antagonismos que opõem as civilizações, como sistemas de conceber e organizar a relação dos seres humanos com os espaços físicos e simbólicos que entre si disputam, desincentivando-as de potenciarem sinergias conducentes a escolhas racionais na perspectiva de uma ética do futuro. E no entanto só nesta reside a garantia da própria sobrevivência da espécie humana e da terra que habita. À crença de que o património tecnológico e o crescendo do seu desenvolvimento têm poder q.b. para tornar reversíveis os cataclismos naturais e aqueles que possam ter sido duravelmente desencadeados chamou um dos autores², na esteira de Hanna Arendt, a tentação do orgulho. Orgulho espúrio, portanto, dadas as circunstâncias com que o mundo de hoje se defronta, em desgaste facilmente apreensível durante a duração da vida humana, cada vez mais confrontada com previsões mais ou menos apocalípticas que a situam entre o caos e a catástrofe..

O desafio que se coloca à humanidade parece ser pois o de contrapor à tecnologia pura e dura que a razão instrumental valida, a racionalidade que submeta o seu uso à preservação da vida tal qual se possa viver com qualidade q.b., o que passa por contrariar o esplendor do caos em que irresponsavelmente se implicou a forma de globalização que formata hoje a ubiquidade da civilização dominante. Se o conhecimento se abrir nesse sentido – qualquer que seja a sua vertente ou matriz – é possível esperar que subscreva métodos permeáveis à ética de uma

¹ Conferência Gulbenkian Que valores para este tempo in <http://www.gulbenkian.pt/portal/index.html>

² J.PIERRE DUPUY; “A Tentação do Orgulho”, idem

sociedade livre, ou seja aquela em que tendencialmente todos sejam sujeitos assumidos e, mais do que isso, possam ser cidadãos de todos os espaços que habitam, das polis à ecúmena, do local ao global, do real ao virtual. E essa é uma questão da fenomenologia do poder que não pode resolver-se no plano das praxis sem recurso a metodologias capazes de lhe darem sentido prático.

Assumimos como palavras-chave de referência desta comunicação, naturalmente subsidiárias dos conceitos chave deste Congresso, as que emergem da rede de conceitos que atravessa todo eixo de **Política e Mudança Social** em que ele se inscreve - ou sejam os conceitos de conhecimento, liberdade, sujeito, cidadania, valores, projecto, poder e ética, assumidos na **vertente de aprofundamento democrático na era da Internet** a que nos dirigimos. Utilizando, no contexto das consignas desta vertente, as palavras-chave de poliarquia, política pública, empowerment, capital social e libertação/ desalienação, ensaiaremos sintetizar o ponto de vista que temos vindo a enunciar em sucessivos eventos e pela demonstração do qual pugnamos, nas circunstâncias actuais, perante a Fundação portuguesa de Ciência e Tecnologia, através do Centro da Filosofia da Ciência da Universidade de Lisboa que recentemente o apresentou ao Concurso de 2006, sob minha responsabilidade, enquanto projecto designado por **Promoção do Capital Social na Sociedade do Conhecimento**³.

O Horizonte da Estratégia de Lisboa

De facto, o novo perfil a que a Sociedade do Conhecimento se propõe emerge da problematização de matérias convergentes na identificação do perfil e do papel da cidadania na própria reconstrução do papel e do perfil do Estado. O Estado Português, imbuído da perspectiva inerente à Estratégia de Lisboa, assumia então o desiderato de se definir ele próprio como “estado cidadão”, identificando nesse âmbito uma figura institucional capaz de configurar

³ *De facto*, enquanto projecto de uma equipa pluridimensional de I&D que assume perante a FCT a responsabilidade da sua proposta, o PCSSC sucede-se a um outro projecto (ProjINA) que, a título individual, foi desenvolvido durante um triénio sabático a partir de 2002 no Instituto Nacional de Administração, centrado na dimensão da Cidadania e tendo presente a formulação da estratégia de Lisboa.

os contornos da revolução institucional a empreender na matéria. “ A Face Oculta da Governança” foi por isso a consigna com que o Instituto Nacional de Administração (INA) chamou a Congresso Internacional, em fins de 2001, a discussão dos três meridianos centrais para a equação da mudança anunciada – Cidadania, Administração Pública e Sociedade, a qual já então se configurava nos discursos públicos menos como Sociedade da Informação do que como Sociedade do Conhecimento.

Tendo presente as circunstâncias das sociedades actuais de perfil periférico, o ProjINA aduziu ao conceito de cidadania qualificada de activa e teorizada como instrumento de desburocratização dos mecanismos tradicionais da Administração Pública, a qualificação de inclusiva, ponderando na perspectiva da I&D os pressupostos e vectores de referência do Seminário Internacional que, em Portugal, abordara a Educação para os Direitos Humanos, no âmbito da celebração dos 50 anos das Nações Unidas. A questão da Cidadania e o perfil que a qualifica questionam desde então simultaneamente o Estado e a Sociedade, no modo como ambos se estruturam e funcionam e na relação em que interagem⁴.

Todavia, , apesar das circunstâncias favoráveis expressas dessa forma ao acolhimento de uma linha de investigação neste domínio, o Aparelho de Estado confrontado com o desafio formulado pela estratégia de Lisboa, não dispôs de condições para facultar a indispensável combinação da divulgação argumentativa alargada ao domínio do pensamento sobre as grandes questões implicadas no processo de transição da Sociedade de Informação para a do Conhecimento com a experienciação de casos que passem pela intervenção de entidades incubadoras do modo como tais argumentos e consignas se podem validar através de práticas de

⁴ *Esta perspectiva cruza-se com a da obra dirigida por Boaventura Sousa Santos editada pela Afrontamento “A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização” (1999-2005), onde se analisa e problematiza, em espécimes bibliográficos diferenciados, como abordar os desafios da inovação inerentes à transformação da economia e das várias problemáticas societais, repentinamente envolvidas em dinâmicas de internacionalização que transcenderam as suas capacidades de adaptação. Daí “o agravamento do risco social associado ao aumento da pobreza e das desigualdades” (SANTOS, B.S.,1999),*

sociabilidade activa. É essa problemática que continua em agenda. O que se pretende é assumir o a praticabilidade do teste de uma utopia da “família” da dos Direitos Humanos e da Paz, que é a dos Direitos Sociais assumidos como pilares dos restantes, tomando os destinatários das acções que os visa mais como sujeitos da construção do seu próprio destino, do que como grupos alvo das boas intenções de quem nelas investe. Um tal Projecto procura partir da intervenção no terreno das práticas, assumindo a argumentação de perfil ecuménico como o caixa de ressonância e de contextualização das primeiras numa política transnacional que pode encontrar na Estratégia de Lisboa o seu primeiro passo.

Ao objectivo concretizador dos grandes desígnios da Sociedade do Conhecimento pela via da experiencição, se reporta a designação de Capital Social, conceito emergente no pensamento actual da observação e intervenção nessas redes de sociabilidade que é preciso dotar de recursos para que funcionem e evoluam. Por elas pode passar a possibilidade de um Contrato Social que permita que o conhecimento se torne vector de uma liberdade maximizada pela ética de libertação livremente assumida pelos excluídos da *res publica* através do seu acesso ao poder de saber escolher, ponderar e decidir sobre o seu destino e a sua qualidade de vida.

Implicação da democracia electrónica na temática enunciada

O acesso ao tempo da democracia electrónica em que vivem todos os outros viventes que costumam observar os excluídos e decidir por eles constitui um imperativo de implicação das novas tecnologias de informação e de comunicação nos desideratos da mudança social..

Enunciar o projecto passa pois por sintetizar o contexto e as linhas de força da I&D desenvolvida no âmbito do Aparelho de Estado Português e divulgadas prioritariamente no âmbito do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento⁵, pela convergência de perspectivas em torno da problemática da brecha digital que constitui o desafio central do projecto no plano da sua operacionalização. As hipóteses de que se parte são duas: a de que uma tal mudança passa pela desalienação, em dinâmica reconstrutora do tecido social esgarçado pelo modo de globalização em que a crise multidimensional do nosso tempo se

sustenta; e a de que a inclusão social passa por essa desalienação e pela superação da brecha digital no que se reporta ao acesso aos meios de aceder às linguagens universalizadoras do nosso tempo, em geral, e, em particular, à literacia informática .

Até agora, a relação com o espaço virtual que a net constitui foi facilmente assumida por sujeitos dotados de protagonismo social que baste para lidarem eficientemente com as múltiplas networks que organizam o território web. Impulsos transformadores e estímulos ao revigoramento do espaço da cidadania já se vinham verificando no decurso dos anos 80 em sectores socioculturais que investigaram e reflectiram publicamente sobre os impactos desse apelo que os atingiu por inteiro⁶, mas o interesse em envolver nessa dinâmica as comunidades mais afastadas da literacia informática para vencer o *gap* em relação às restantes foi integralmente remetido para a geração seguinte através da preparação de que o sistema escolar só viria a encarregar-se em fase avançada dos anos 90. E no entanto, a net constitui potencialmente para todos os seres humanos um apelo de múltiplos matizes e uma poderosa linha de fuga à exclusão social. Ao assumir em 2002 a possibilidade de poderem ser geradas competências nos estratos da população que se encontram nessa situação abriu-se o caminho à investigação que se mantém em curso e de que a presente comunicação dá notícia.

É facto que o paradigma interactivo da escola moderna chamou entretanto a terreno a questão da escola paralela, função assumida pelas práticas e perspectivas das comunidades de pertença original dos alunos, implicando as ciências sociais e políticas nas abordagens multidisciplinares das situações em presença e na prospectiva de decisões de mudança que passem pela interconectividade da rede em que qualquer situação se inscreve. Todavia, a incapacidade de se conferir sentido a práticas emergentes, enquanto índice de anomia social, resulta da

⁵ www.clad.org.ve

⁶ Em 1989, a Sociedade Portuguesa de Filosofia e a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações promoveram em conjunto um Simpósio Internacional sobre as “Tecnologias da Informação & Sociedade”(ALVES, JL, 2002). Dos Usos da Teoria à Teoria dos Usos a variedade de temas veio a confluir na identificação de três áreas de impacto anunciadas: “O papel da comunicação nas dinâmicas de mudança cultural”, “A Sociedade Computorizada: vida nova ou destruição?” e a “Filosofia Artificial e o declínio da Tecnologia”, entendida esta como “força de melhoria de vida”, que se alimenta da ciência em que se origina e da apropriação societal que confere sentido às suas aplicações

incapacidade societal para lidar com os desafios colocados por uma vigorosa dinâmica de mudanças, como seja a da emergência de novas figuras regulatórias”(PUREZA, JM e FERREIRA, AC, 2002) enquanto condição de inserção no sistema de que os casos participam. Não basta pois confiar no efeito difusor das novas tecnologias no espaço potencialmente organizado por uma rede de relacionamento espontâneo para que a difusão ocorra. Do mesmo modo que não há tempo para confiar na sucessão de cohortes escolares para que a fantasmagoria da iliteracia deixe de nos assombrar. E no entanto é facto que mesmo na “condição semiperférica que Portugal ocupa no sistema mundial (...) a combinação entre destruição/reconfiguração institucional” (idem, ib.) não é impossível . Um caso emblemático deste ponto de vista é o da Finlândia que está em processo de equacionar paxis consistentes na linha do que, nessa perspectiva, terá sido equacionado no decurso de um Meeting realizado em Lisboa (em 2003) cuja organização procurou aqui concertar com os Estados Membros uma política integrada no VI Programa do III Quadro Comunitário de Apoio, enquanto alicerce de uma Sociedade baseada no Conhecimento . Tal política, inerente `Estratégia de Lisboa com foco no Espaço Europeu de Investigação (ERA), visou constituir-se como o principal instrumento de base de uma dimensão estratégica de longo prazo construída pela União Europeia e pelos seus Estado membros através da comparabilidade e da multidisciplinaridade dum abordagem integrativa das diversas situações em presença. O programa, sustentável pela ciência e por políticas públicas, com foco em prioridades temáticas, deu relevo a uma destas que designou precisamente por “Cidadãos e Governança na Sociedade baseada no Conhecimento” e atribuiu a responsabilidade da sua fundamentação às Ciências Sociais e às Humanidades. As principais “Opções & Escolhas” centradas nesta componente programática relevaram a importância de perfis de desempenho científico de alta qualidade em áreas de políticas públicas estruturantes do referido campo científico, aberto ao campo de geração, distribuição e uso de um Conhecimento compaginável com os vectores da Qualidade de vida, Coesão Social e Estratégias Políticas implicadas no funcionamento do Mercado de Trabalho e das esferas da Educação ao Longo da vida e do Desenvolvimento Sustentável.

De facto, a valorização das ciências sociais e das humanidades na produção da Sociedade do Conhecimento cruza-se com dois domínios de interpretação até certo ponto alternativos: aquele que encara a pluralidade do território das ciências como central no funcionamento da globalização, expressando-se na diversidade hierarquizada dos modos de fazer ciência e excelência, conforme a posição que os países ocupam no sistema mundial de produção e circulação das actividades e dos saberes científicos, com indiferença aos restantes, e por outro lado, aquele que aposta na prevalência da imbricação das praxis de I&D no funcionamento societal e esses são precisamente os das Ciências Sociais e das Humanidades. Antes do Meeting Europeu de 2003 afirmar em terreno académico de Lisboa (o ISCTE) a sua profissão de fé no apelo que uma Sociedade baseada no Conhecimento comporta para a relevância da referida área científica, já a Fundação Gulbenkian promovera um livro branco sobre a matéria da responsabilidade societal das Ciências Sociais, cuja abertura preconizou. Mas o mais importante neste domínio é a emergência da tese que deu corpo à ideia do Arquipélago do Conhecimento (CARAÇA, J.,1994): a da transversalidade dos saberes, desde a filosofia, as expressões e o direito, às ciências “duras” e às “ciências da interpretação e do mistério”, em todo o caso abertas ao registo cognoscente diverso da ciência, mas nem por isso impossível de convergir com ele na emergência duma sociedade em que o conhecimento se torne um bem de consumo geral - e esse será o conhecimento problematizado quotidianamente a partir da observação de tudo o que interessa à vida e à civilização, incluindo a ciência, a tecnologia e as expressões, qualquer que seja o quadrante epistémico em que se situem e apliquem.

Estratégia metodológica

É nesta teia de referências que este Projecto visa ponderar o Direito à Cidadania na Sociedade do Conhecimento, através da implementação das políticas públicas que garantam a universalização desse direito através da especificação do perfil com que estas se possam adequar às circunstâncias da Sociedade portuguesa e ao quadro de referências que a universalizam. Por isso, este Projecto parte duma contextualização identificadora das referências epistemológicas e jurídicas de suporte à governabilidade portuguesa contemporânea, mas tendo

como matriz central de investigação o questionamento das práticas de I&D de suporte à constituição dum Capital Social próprio de uma Sociedade que seja capaz de assumir, em contexto de reflexão cognoscente, os objectivos universalmente ratificados para garantia do Desenvolvimento Sustentável, bem como para a do Contrato Social que lhe for inerente. Como dar sentido à vida e à acção é a interrogação que se transfere para as condições e possibilidades de implementar de modo durável os objectivos perfilhados, dando assim resposta institucional à própria questão de partida do projecto.

A reflexão que desta postura decorre e incide no âmbito das políticas públicas, reporta-se pois a dois níveis de problematização: o da validade filosófica da utopia de referência (a dos direitos humanos enquanto património civilizacional) e o da possibilidade de arquitectar as transformações sociais visadas pela sua concretização, através de tecnologias emergentes da interacção das vertentes das ciências sociais pertinentes à problemática enunciada e aberta aos restantes saberes científicos, tecnológicos e do senso comum .

Desenvolver uma linha de I&D nesta perspectiva comporta configurá-la enquanto laboratório de ideias, lugar de pesquisa e de elaboração de princípios de formulação, pilotagem e avaliação das acções, bem como dos processos de desenvolvimento das políticas públicas em que as mesmas se inscrevam, ponderando a identificação dos seus perfis e a promoção de boas práticas susceptíveis de replicação. É o que se pretende desenvolver no contexto da linha de força que prende as escalas local e global de ponderação equacionada em termos de direito social. Em função desta dicotomia, distinguiremos no argumentário os seguintes âmbitos que colocamos a discussão

I - Passar da Sociedade da Informação para a do Conhecimento significa, no âmbito das perspectivas anteriormente enunciadas:

A) Investir o conceito de cidadania no processo de reversão da exclusão social em inclusão e praticando-o, enquanto direito social, bem público e modo de habilitação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável, enraizado na transversalidade ambiental.

B) Reconfigurar o processo produtivo a partir do tecido social através da banalização dos instrumentos da Sociedade da Informação no processo de inclusão social e do investimento no território comunitário da economia social, como matriz de inclusão.

C) Assumir como fontes prioritárias de renovação e de reconstituição económica, o alargamento extensivo da produção de bem-estar e da intervenção pró-activa no ambiente.

D) Investir no desenvolvimento do lado cidadão da Governação nos termos que concretizem, no caso português, o objectivo de tornar extensiva a cidadania activa, pela via do exercício dos modos de inclusão social se podem promover na Sociedade do Conhecimento.

E) Implementar numa entidade incubadora do Desenvolvimento do Projecto a Plataforma informática de um Website concebido enquanto sistema de páginas de acesso a conteúdos disponíveis e a desenvolver no processo de integração de grupos alvos envolvidos nas dinâmicas do sítio de cidadania, onde acedam a aprendizagens activas:

- i) que partam dos seus interesses e enfoques dos quotidianos vividos para os habilitar a transformarem as percepções e informações com que lidam, nos conhecimentos que resultem da capacidade para as colocarem em perspectiva;
- ii) que decorram do processo de desalienação que lhes for sendo proporcionada pelo próprio processo de empowerment a que decidam aderir.

F) Perspectivar a replicação da experiência com recurso a uma rede de protótipos locais, ponderando-a em registo de uma investigação-acção emergente da história e do projecto da “utopia útil” de que se partiu.

II - No quadro do desenvolvimento da qualidade de vida dos habitantes de um Concelho, se esta for assumida como linha de rumo do governo local, a questão que se coloca à partida é a de identificar se ele tem potencial para integrar uma rede de municípios promotores de uma cidadania extensiva a todos quantos, sem distinção de classe, credo ou habilitação de base, decidam implicar-se na vertente participativa da democracia. Fomentar esta vertente, significa fomentar a aprendizagem de linhas de fuga à exclusão social suportadas em práticas de ponderação objectiva das alternativas que, em sede de opção, se coloquem em todas as vertentes da qualidade de vida individual e colectiva, com expressão na polis e nos territórios

em que as arenas decisórias se inscrevem. Este enunciado sucinto suporta-se no conjunto de teses desenvolvidas no quadro de um projecto de I&D no INA e de que tenho vindo a dar conta em eventos problematizadores do relacionamento entre o Poder Político e a Cidadania, como por exemplo a Conferência Internacional sobre a Carta Urbana Europeia promovida pelo Congresso Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa em Sofia e em Maio de 2002, e os Congressos do Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento nas edições de 2002, 2004, 2005 e 2006, estando as edições disponíveis em rede no site www.clad.org.ve/docume.html. Apesar da receptividade teórica às referidas teses, estas não dispensam a demonstração da sua viabilidade prática junto das instâncias que vierem a assumir-se como responsáveis pela sua institucionalização no(s) país(es) que as adoptem. Pôr o processo em rota em Portugal passa assumidamente pela necessidade de o experienciar, em municípios que, a convite do Estado Central, se disponibilizem para lhe dar visibilidade e teste, assumindo-se eles como “ casos –escola” da praticabilidade e pertinência de sítios de desenvolvimento da cidadania com dimensão presencial e virtual, os quais, através de observatórios de situação desenvolvidos e ao dispor dos munícipes e de todos os observadores interessados, demonstrem a viabilidade do lado cidadão da democracia. Ao Parlamento competirá receber, ponderar e integrar de modo interactivo com a governação parlamentar o conhecimento produzido na rede de sítios. Terá para isso de se prover de sede institucional adequada à constituição e tratamento de bases de dados resultantes da circulação da informação dinamizada nessa interacção, nela incluindo a análise política dos grupos parlamentares que se posicionarão sobre as questões emergentes desse processo, de acordo com os seus próprios pontos de vista.

III- Implementar o processo de relação entre as vertentes da cidadania e da governação aos níveis autárquico e parlamentar, passa pelo lançamento de experiências-piloto em concelhos liderados pelas diferentes forças políticas que implementaram o exercício do Poder local nos últimos trinta anos. O objectivo é garantir a objectividade de um projecto de política pública assente na dinâmica de uma democracia participativa ideologicamente independente das regras de jogo da democracia representativa, dado essa dinâmica ser teoricamente passível de vigorar

em qualquer contexto em que estas decorram. Em carteira está a identificação da rede demonstrativa que a implementação do projecto convidará a integrar, subscrevendo os protocolos que se lhes vier a propor, caso a República venha a investir na correspondente implementação

IV Uma política pública orientada para o bem estar dos cidadãos visa assegurar as dimensões públicas deste, bem como o seu retorno para o desenvolvimento societal, económico e humano, condição esta indispensável à sustentabilidade da civilização. Neste contexto, como poderia Portugal operacionalizar um modelo de dinamização do capital social assente no modo de produção de uma Sociedade do Conhecimento a partir do estágio actual da sociedade da Informação? Experienciando-o em todos os locais em que se reúnem, com activo envolvimento das entidades locais, recursos físicos, tecnológicos e humanos adequados a adoptá-lo na perspectiva de contrariar a exclusão social e os riscos sociais que ela potencia. À estratégia de concepção do Projecto, configurada enquanto sistema de páginas de acesso a conteúdos disponíveis e a desenvolver, bem como a percursos de articulação entre eles e os seus possíveis congéneres, deverá suceder-se o ensaio do seu desenvolvimento com recurso a uma rede de protótipos locais, matéria de I&D em registo de uma investigação-acção emergente da história e da viabilização deste projecto.

V- A democracia poliárquica - O enfoque nas Políticas Públicas emergentes no actual quadro de referência estrutural do país e no modo viável de nele se enfrentar a exclusão social, parte do princípio que esta se reproduz nas dinâmicas de precarização que abrem caminho à pobreza e ao desvirtuamento da estratégia de prossecução da Sociedade do Conhecimento. Nesta dupla perspectiva, deverão ser sucessivamente abordadas:

- i) a situação e as virtualidades de Portugal, enquanto país subscritor desta Sociedade do Conhecimento, perfilhada pela teoria e pela prática da União Europeia(U.E);
- ii) a ponderação da escala local, como âmbito de experimentação das políticas globais que a governação multinível for capaz de promover e de municiar, visando a observância dos pressupostos do modelo social que lhe subjaz .

No horizonte da plenitude destas possibilidades estará a democracia poliárquica no sentido que DAHL (2000) lhe atribui, enquanto sistema de poder distribuído, permeável à intervenção quotidiana dos cidadãos, o que implica por parte dos poderes centrais a disponibilidade para com eles partilharem responsabilidades, não no sentido de derrogação das suas, mas antes no sentido de reconfigurarem o ideal de democracia, entendendo ser esse o modo de a tornar mais eficaz em face da complexidade crescente dos problemas. Tornar “a monitorização permanente do exercício do poder como uma prática capaz de conferir sentido à vida quotidiana dos cidadãos será uma forma de “democratizar o próprio ideal da democracia”⁷, habilitando os cidadãos a participarem na res pública em articulação com os níveis de exercício do poder que lhes estão mais próximos e por isso mais aptos a integrá-los na resolução das questões fulcrais do quotidiano e no questionamento responsável dos perfis das políticas públicas.

VI- Entidades incubadoras da cidadania - No horizonte do questionamento do papel do Estado e da função dos municípios como entidades incubadoras da cidadania assumida, neste quadro, enquanto política pública vectorial da governabilidade, estará o ordenamento integrado do território, âmbito da definição de políticas simultâneas de estímulo à microeconomia, por um lado, e, por outro, à preservação do ambiente e das paisagens, incluindo nelas o património constituído pelas heranças e expectativas dos saberes e dos sentidos dados às práticas sociais, com que os territórios têm sido utilizados e fruídos. Tudo isso passa pelo desafio de se procurar, “em cada particularidade glocal, o elo entre a investigação e a prática da gestão pública que permita coordenar com sentido estratégico um desenvolvimento sustentável, para o qual os meios operacionais da sociedade do Conhecimento, ainda que por si só não bastem, constituem poderosas alavancas”. Ponderar tudo o que neste âmbito possa estar em jogo será um modo de abrir à Sociedade as Ciências Sociais em geral e a Ciência Política, em particular, sem deixar de se chamar a essa interacção os conteúdos permeáveis à utilização das tecnologias mais variadas, desde as de utilização no âmbito das vivências quotidianas, até às que exijam habilitação específica, desenvolvida em sede de especialização adequada. Para isso, assumimos

⁷ KEANE, “ Is Democracy Universal Value?”, Conferência Gulbenkian Que valores para este tempo *cit.*

explicitamente a complexidade do pensamento actual na inter-acção descomplexada entre a ciência e o senso comum, o que comporta uma linha de produção de empowerment destinada à segmentação de públicos destinatários, mas que tenha por pressuposto a necessidade comum de um serviço público habilitado a tomar a cidadania activa, extensiva e inclusiva – e por isso social -, como vector de construção da responsabilidade social e política perante as gerações actuais e vindouras.

VII – **A prossecução do direito à cidadania activa e inclusiva**, enquanto direito social e bem público inerente à promoção do capital social indispensável a uma Sociedade do Conhecimento, pode portanto alinhar-se no seguinte encadeamento e especificação .

Síntese

O DIREITO À CIDADANIA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

1. Finalidade

- Assegurar a emergência de uma **cultura de cidadania** - extensiva, activa e inclusiva – apelando à iniciativa e criatividade do Estado Português para a equação de cenários não formais de promoção dos Direitos Humanos e de uma Cultura da Paz .

2. Objectivos de quem aceda à rede

2.1. Relacionais

2.2. Promoção do autodesenvolvimento

3. Estratégia de concepção do Projecto

- Criação dum **protótipo de sítio**, que se constitua como “laboratório” de **investigação-acção**, enquanto estratégia de articulação dos eixos epistemológico, político e metodológico do projecto, na **situação** que vier a ser **especificada** como estudo de caso.

4. Observatório do Cidadão

- O ponto ómega de uma tal estratégia consiste no desenvolvimento autónomo de um **observatório do cidadão em cada um dos sítios** em que as referidas práticas se desenvolvam,

cabendo a sua gestão ao colectivo dos cidadãos e à mediação e animação dos recursos humanos investidos na criação e enquadramento da base de dados que o suporta.

5. Função do Protótipo

•O protótipo concretiza assim a aproximação entre as **problemáticas** do território e da administração, na lógica do **serviço público distribuído em rede**, o que implica a necessidade de criar ferramentas apropriadas aos objectivos de adesão e às missões assumidas.

6. Parthenariados

•A construção das referidas ferramentas recorrerá à operacionalização de parthenariados eficazes que trabalhem em rede para a consecução dos objectivos enunciados(2) e da finalidade visada (1).

7. Comunidade Aprendente

• A prática comunitária visa objectivos de curto, médio e longo prazo, dependendo estes últimos da inter-acção com o contexto político em que a referida Sociedade se produz e desenvolve. Estará neste caso, entre outros, o objectivo de opor a democracia à violência, quer na dimensão poliárquica, quer na de política interna ao país.

8. Observatório da Cidadania

• Eleger um território político neutral, que - garantindo acesso a todas as forças políticas do espectro formal da democracia representativa – seja da responsabilidade directa do Parlamento, onde as questões gerais e ideológicas se debatem, confrontam e interagem, produzindo o ambiente sistémico da governação do país.

9. Para um Plano Internacional dos Direitos Humanos

• Conectar, em termos práticos, a dimensão dos direitos civis e políticos à dos direitos económicos, sociais e culturais, inerentes a pactos internacionais defendidos pelas Nações Unidas.

10. Detalhe

Explicitação das rubricas enunciadas

10.1.Finalidade

Assegurar emergência de uma cultura de cidadania - extensiva, activa e inclusiva

1.1. Criando **políticas públicas** destinadas a apoiar o sujeito em todas as etapas da vida conduzindo-o a saber optar entre as alternativas que se lhe vão colocando no quotidiano, na base da compreensão dos assuntos que se lhe reportam.

1.2. Fundando um **serviço público** que garanta os recursos adequados para banalizar:

- o controle das agendas que decidem dos destinos colectivos
- os modos de acesso a fontes fundadoras das alternativas de decisão em presença.

10.2. Objectivos de quem aceda à rede

2.1. Relacionais :

- Aprender a optar entre democracia e violência como modo de relação com os outros
- Aprender a monitorizar a adesão de outros indivíduos ao projecto do sítio e à rede.

2.2. Promoção do autodesenvolvimento

- Alargar competências cognitivas ao longo de toda a vida
- Aprender a mover-se nos circuitos de captação, produção e divulgação de informação referente aos assuntos em processo

10.3. Estratégia de concepção do Projecto

3.1. Mobilização de estratégias de formação

- adequadas ao provimento da arquitectura do sistema de informação e comunicação
- implícita à observação controlada dos processos que venham a ser territorializados nos sítios de cidadania.

3.2. Recursos humanos nucleares

- Investigadores I&D
- Mediadores e Animadores Culturais
- Efectivos da Administração Pública habilitados e requalificados no quadro dos pressupostos da Sociedade do Conhecimento

10.4. Observatório do Cidadão

4.1. Natureza

- sistema integrado de Informação suportado pela agenda dos interesses assumidos pelo sítio

- investimento nas dimensões do desenvolvimento integrado e nos estudos de impacto e de follow-up

4.2. Missões

- facultar a observação controlada das situações, práticas e processos sobre os quais recaiam os interesses manifestados
- habilitar os indivíduos para a livre participação na decisão, em sede de exercício do conhecimento objectivo e de controle de agendas políticas

10.5. Função do Protótipo

5.1. Desenvolvimento de práticas de investigação–acção

- Com suporte em processos de animação cultural e das redes de intersubjectividade em presença
- Construção de conhecimentos implicados na problematização das situações, equação das necessidades e soluções alternativas
- Construção do papel de mediação.

5.2. Construção de ferramentas técnicas

- Arquitectura de sistemas de informação e de comunicação adequados à criação de um observatório.
- Suportes da estratégia metodológica

10.6. Comunidade Aprendente

6.1. Perfil

- Modo de formação inter-activa centrada na iniciativa do pólo da aprendizagem
- Contextualização num clima de democracia lúdica e de fomento do acesso aos recursos da Sociedade do Conhecimento.

6.2. Investimento

- Identificação de objectivos de curto, médio e longo prazo da comunidade.
- Autoconstrução da cidadania implicada na progressiva transformação do indivíduo, em cidadão, centrado nos objectivos da comunidade.

10.7. Partenariados

7.1. Perfil

- Redes sociais que envolvam em cada sítio da rede o conjunto de actores implicados nas temáticas identificadas.
- Associações, Cooperativas, Mutualidades, Ong's, Serviços Públicos, Instituições e agentes de ensino, Autarquias...

7.2. Função

- Facultar os circuitos de comunicação e de informação implícitos à observação controlada das situações, práticas e processos sobre os quais recaiam os interesses manifestados pelo Sítio
- Participar na discussão dos objectivos e meios de os alcançar.

10.8. Observatório da Cidadania

8.1. Função

- Integrar em Bases de Dados os resultados disponibilizados pela iniciativa dos observatórios dos cidadãos.
- Permitir o livre acesso dos grupos parlamentares à informação, ponderação e comunicação de retorno.

8.2. Abertura

- Aos pólos da governação e administração pública na lógica da administração on line (e-government)
- Ao método aberto equacionado na “Estratégia de Lisboa”

10.9. Para um Plano Internacional

De Direitos Humanos

9.1. Uma dinâmica de coesão interna

- Ponderar através da observação das práticas comunitárias, o modo como a Sociedade se produz e desenvolve.

- Identificar objectivos de coesão na articulação da dimensão poliárquica à do país.

9.2. Globalização de medidas significativas

- Responder nesse quadro à disponibilidade anunciada pelas instâncias Internacionais nesse domínio.

SOCIAL CAPITAL § CITIZENSHIP

(Abstract)

Rough Index of Steps to be considered

1. This communication underlies a philosophy of inclusive citizenship, where an autonomy of association helps put it into practice, as well as fast access to alternative sources of information, even if this implies specialized support, contractual or requested to a civil service partially adapted to that goal. This support comes from teaching functions or other functions associated with the Society of Knowledge.

The main principle, therefore, is that the close observation of reality, as an integral part of citizenship participation, is the main propeller of a life of training and learning for the benefit of that citizenship and the social and political competences that promote development. Knowledge, therefore, comes as a cognitive result of the use of those competences. Integral development is before all that of the person, with the respect of his rights: the right to freedom, the right to the quality of life, embodying the right to happiness, dignity, work and environment - specially the urban environment, nowadays the dwelling reference. The possibility that all this results in a global right of everyone to enjoy their own rights requires a public policy able to define the public service that may implement it.

Citizenship for all is the matter of the Power Point produced towards several presentations about the Project developed in National Administration Institute (2002-2005), when the authoress had to make a speech emerging from some invitations nationals or internationals, as the Congress of Local and Regional Authorities of Europe - CHAMBER OF LOCAL AUTHORITIES (16-17 may 2002).

The following framework explains the steps of power point presentation.

1. Purpose

.Assure the uprising of a **culture of citizenship** – extensive, active and inclusive – appealing to the Portuguese State’s initiative and creativity for the equation of non formal settings of promotion of Human Rights and of a Culture of Peace.

2. Objectives for those who accede the network

2.1. Relational

2.2. Promotion of self-development

3. Strategy of Project’s conception

• Creation of a **site prototype**, which constitutes itself as “laboratory” of **research-action**, while strategy of articulation of epistemological, political and methodological axes of the Project, in the situation which will come to be **specified** as case study.

4. Citizen’s Observatory

• The omega point of such strategy consists in the autonomous development of a **citizen’s observatory in each of the sites** where the referred practices are developed, being its management placed in the hands of the collective of citizens and in the mediation and animation of the human resources invested in the creation and framing of the data bases bearing it.

5. Function of the Prototype

- The prototype therefore renders the approach between the **problematics** of territory and of administration, in the sense of **public service network distributed**, which requires the need to create tools appropriate to the goals of adhesion and to the adopted missions.

6. Partnerships

- The construction of the referred tools will resort to the operationalization of effective partnerships which will work connected for the concretion of the mentioned goals (2) and of the aimed purpose (1).

7. Learning Community

- The communitarian practice aims at short, medium and long term goals, depending the last on the interaction with the political context in which the referred Society is produced and developed. Among others, there is in this case the goal to oppose democracy to violence, in the poliarchic dimension and in the dimension of the country's domestic policy.

8. Citizenship's Observatory

- To elect a neutral political ground that, assuring access to all the political forces of the formal spectrum of representative democracy – is of the direct responsibility of the Parliament, where general and ideological questions are debated, confronted and where they interact, producing the systemic environment of the country's governance.

9. For an International Plan of Human Rights

- Connect, in practical terms, the dimension of civic and political rights to the one of economical, social and cultural rights, inherent to international agreements defended by the United Nations.

10. Detail

Detailing of the enunciated sections.

10.1.Purpose

Assure the uprising of a culture of citizenship – extensive, active and inclusive -

- 1.1. Creating **public policies** aimed at supporting the subjects in all life's stages.
 - leading them to knowing how to choose among the alternatives of daily life
 - based on the comprehension of issues related to them
- 1.2. To found a **public service** that guarantees the adequate resources to banalize:
 - the control over the agendas that decide the collective destinies
 - the access modes to the justifying sources of the alternatives for in presence decision making

10.2. Objectives for those who accede the network

2.1. Relational

- To learn to choose between democracy and violence when interacting with others
- To learn to monitor the adhesion of individuals to the site and network project

2.2. Promotion of self development. • Broaden the cognitive skills throughout life. • To learn to circulate in the circuits of captation, production and disclosure of information referent to the matters in process

10.3. Strategy of Project conception

3.1. Mobilization of training strategies

- adequate to the providing of information and communication system's architecture
- implicit to the controlled observation of processes that will come to be territorialized in the citizenship sites.

3.2. Core human resources

- R&D researchers
- Cultural Mediators and Animators
- Public Administration Officials abilitated and re-qualified in the context of the grounds of the Learning Society.

10.4. Citizen's Observatory

4.1. Nature

- Integrated system of Information based on the interests' agenda portrayed by the site.
- investment in the dimensions of **integrated development** and in the **studies of impact** and of **follow-up**

4.2. Missions

- provide the controlled observation of situations, practices and processes over which the showed interests are placed.
- provide individuals with the abilitations for the free **participation in decision making**, in the context of exercising objective knowledge and of controlling the political agenda

10.5. Function of the Prototype

5.1. Development of research-action practices

- Based on cultural animation processes and on in presence inter-subjectivity networks
- Construction of knowledges implicated in the problematization of situations, needs' equation and alternative solutions
- Construction of the mediation role

5.2. Construction of technical tools

- Architecture of information and communication systems adequate to the creation of an observatory
- Bearers of the methodological strategy

10.6. Learning Community

6.1. Profile

- Interactive training mode centered in the initiative of the learning pole
- Contextualisation in an environment of ludic democracy and fomentation of access to the resources of the Learning Society

6.2. Investment

- identification of short, medium and long term goals of the community
- self construction of citizenship implicated in the progressive transformation of the individual into citizen, centered in the objectives of the community.

10.7. Partnerships

7.1. Profile

- Social networks involving in each location of the network the set of players implicated in the identified issues:
Coopératives, Associations, Mutualities, NGOs, Public services, Institutions and Teaching agents, Municipalities

7.2. Function

- Provide the circuits of communication and of information implicit to the controlled observation of situations, practices and processes over which the showed interests over the Site are placed
- Participation in the discussion of goals

10.8. Citizenship's Observatory

8.1. Function

- Integrate into DB the results made available by the initiative of the citizens' observatories
- Allow parliamentary groups free access to information, ponderation and communication on return.

8.2. Opening

- To the governance and public administration poles in the sense of online administration (e-government)
- Potentiate in that context the open method equationed in the "Lisbon Strategy"

10.9. For an International Plan of Human Rights

9.1. An internal cohesion dynamic

- Ponder, through the observation of communitarian practices, the way Society is produced and developed.
- Identify goals of cohesion in the articulation of the poliarchic dimension to the one of the country.

9.2. Globalisation of significant measures

BIBLIOGRAFIA

I Geral

BARRETO, A. *e alia*, 2001, Globalização, Desenvolvimento e Equidade, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

BENARD, V. e La Coste, P., 2003, *L'Hyper-République. Bâtir l' Administration en Réseau autour du Citoyen*, Paris : Ministère de la Fonction Publique de la Réforme de l'État.

BOGARD, G., 1993, «Pour une Citoyenneté Active et Solidaire. Eduquer les adultes pour combattre l'exclusion et gouverner les mutations sociales ». in *Rapport Final du Projet Education des Adultes et Mutations Sociales (1988-1993)*, Strasbourg.

CANÁRIO, Rui *e alia*, 1999, “Exclusão social e exclusão escolar: a criação de territórios educativos de intervenção prioritária”, in *Educação e Política . II Congresso Internacional da AFIRSE*, Lisboa: UL, vol.I, pp.163-171.

CARAÇA, J. e Carrilho, M., 1992 “ O Imaterial e o Arquipélago dos Saberes”, Lisboa:Colóquio Ciência 12, pp.83-92.

CASTELLS, M., 1999, *A Era da Informação. vol I – A Sociedade em Rede*, S. Paulo: Paz e Terra.

Idem, 2004, *A Galáxia Internet. Reflexões sobre a Internet, Galáxia e Sociedade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian .

COELHO, Helder e COSTA, Ernesto, 2001, “ Educação e Sociedade de Informação”, in *Ensino Superior e Competitividade*, vol II, Lisboa, CNAVES, pp.63-144.

CORREIA, J. Alberto e ESPINEY, R., 2004, *Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Cadernos 7, Setúbal, Instituto das Comunidades Educativas

DAHL, R., 2000, *Democracia*, Lisboa, Temas e Debates.

DAMÁSIO, António, 1994, *O Erro de Descartes*, Lisboa: Europa-América.

DEMO, Pedro, 2000, *Política Social do Conhecimento*, Petrópolis: Vozes.

DUSSEL, Enrique, 2000, *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*, Petrópolis: Vozes.

HABERMAS, J., 1989, *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, R. Janeiro: Tempo brasileiro.

LEVY-LEBLOND, J.L., 1993, “ Fault-il avoir peur de la démocratie?”, in *Le Genre Humain* (26), pp.62-74 , Paris: Seuil.

LE MOIGNE, J.L 1994, *A Teoria do Sistema Geral*, Lisboa, ed. Piaget.

MORIN, Edgar 1986, *O Método III. O conhecimento do conhecimento*, Lisboa:. Europa-América.

MORO, G.,2000, *The Citizen's Side of Governance*, INA Congress 19/20. 11. 2001, Lisboa.

PETRELLA, Ricardo, 2003, *O Bem Comum. Elogio da Solidariedade*, Lisboa: Campo da Actualidade.

PUREZA; J.M., 2002, *A Teia Global , Col, A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização /4*, Porto: Afrontamento

SOUSA SANTOS, B. 2002, *Democracia e Participação*, Porto: Afrontamento.

Idem, 2002-2005, *A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização (Coord)*, Porto: Afrontamento

TOURAINÉ, A., 1978, *La Voix et le Regard*, Paris : Seuil.

Idem, 1999, Pourrons – nous Vivre Ensemble Égaux et Différents?, Paris :Fayard

II Da autora:

Cruz, Maria Alfreda, 2000, “ A Educação para a Cidadania na rota dos Direitos Humanos”, Encontro Internacional Educação para os Direitos Humanos, 5-7.12.2000

Idem , 2001, “ Animar a Autonomia: Um Método contra a Exclusão”, Anais de Sociologia II, Lisboa, UAL .

Idem , 2003, “ Ciência, Educação e Cultura. Para a Leitura Sociológica da Sociedade do Conhecimento”, Anais. Série Sociologia III, Lisboa, UAL, pp.29-62.

Idem , 2003, “O Mercado Interno do Conhecimento e a Perspectiva da Cidadania Activa e Inclusiva”, Galileu. Revista de Economia e Direito, Lisboa, UAL, vol VIII, nº1, pp. 31-65.

Idem , 2003, Le Droit de Tous á la Citoyenneté. Une Perspective d’Inclusion Sociale pour les Communautés, Communication at the Public Administration Conference in Face of the Challenges of Inequality and Exclusion/Open Forum, Miami, International Association of Schools and Instituts of Administration, 14-18 .09. 2003 (www.iasiiisa).

Cruz VIANA, Maria Alfreda, 2003, “ O Direito à Cidadania na Sociedade do Conhecimento”, Communication at the VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, 8-11.10.2002 (<http://www.clad.org.ve/docume.html>).

Idem, 2004, “ A Cidadania na Estratégia de Desenvolvimento do Capital Social”, Communication at the IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, 2-5. 11. 2004 (<http://www.clad.org.ve/docume.html>).

Idem, 2005, “ Perfil da Política Pública de Promoção da Cidadania Activa e Inclusiva”, Communication at the X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública”, Santiago do Chile, 18-21.10.2005 (<http://www.clad.org.ve/docume.html>).

Idem, 2006, “ Vectores de Operacionalização da Política Pública da Cidadania Activa e Inclusiva”, Communication at the XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública”, Guatemala, 7-10.11.2006.